

SEMINÁRIO TÉCNICO



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

GRUPO TEMÁTICO: SOCIAL

SÍNTESE DA 4ª REUNIÃO – 13 DE MAIO DE 2024

Legenda:

Sugestões recebidas na 3ª reunião e incluídas no documento

Sugestões recebidas por e-mail e incluídas no documento

NOVAS SUGESTÕES RECEBIDAS DURANTE A 4ª REUNIÃO

ORD.	TEMAS	DIRETRIZES	
1.	Segurança Hídrica		
1.1	Saneamento Básico: Esgotamento sanitário Abastecimento de água <ul style="list-style-type: none">▪ captação e armazenamento de água<ul style="list-style-type: none">• cisternas• açudes• poços de água de uso coletivo (subsídios para o funcionamento)▪ tratamento◦ Reúso de águas residuais.	Readequar a delimitação estadual dos municípios que compõem o semiárido mineiro conforme indicadores técnicos recentes e demandar providência semelhante à União. Incentivar o uso de tecnologias sociais que contribuam para a garantia do direito de acesso à água nos municípios do semiárido expandido. Contribuir para a articulação das ações governamentais voltadas para a segurança hídrica, de modo a aumentar a sua efetividade.	

	<p>Incentivar a criação e fomentar o funcionamento dos poços de água de uso coletivo no semiárido mineiro expandido, por meio de subsídio à sua eletrificação (a exemplo de <i>kit</i> fotovoltaico), de modo a facilitar a distribuição de água.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias de captação e uso de água para consumo humano, animal e para a produção, em parceria com prefeituras, visando o atendimento de comunidades rurais.</p> <p>Fortalecer as ações de saneamento básico no Estado, especialmente nos municípios do semiárido expandido, de modo a ampliar a qualidade de vida e as condições de saúde da população.</p>	<p>Estimular o financiamento e acesso a sistemas de irrigação e outras tecnologias que proporcionam segurança hídrica aos produtores rurais.</p> <p>Apoiar ações de reservação de cursos d'água em propriedades rurais que não coloquem em risco o abastecimento hídrico de outras propriedades e comunidades.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias de captação e uso de água para consumo humano, animal e para a produção, em parceria com prefeituras e com instituições da sociedade civil organizada visando o atendimento de comunidades rurais.</p> <p>TROCAR POR “ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL”.</p> <p>Fomentar ações de proteção e recuperação de áreas de nascentes em parceria com organizações sociais.</p> <p>Demandar e fiscalizar o financiamento, com recursos do FHIDRO ou da cobrança de recursos hídricos, das ações mapeadas pelos dos comitês de bacias hidrográficas, de forma continuada.</p>
--	---	---

2.	Segurança Alimentar		
2.1	Direito Humano à Alimentação Adequada	<p>Acompanhar a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais.</p> <p>Fomentar a criação de Bancos de Alimentos articulados em rede, de modo a reduzir o desperdício de alimentos.</p> <p>Demandar a regulamentação da distribuição de cestas básicas para as populações afetadas por grandes catástrofes climáticas.</p> <p>Respeitar a cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais, tanto no que se refere ao modo de produção, quanto à garantia de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.</p> <p>Discutir a delimitação de áreas amortecimento livres de transgênicos e agrotóxicos para proteção de territórios de povos e comunidades tradicionais – PCT.</p> <p>Adotar as propostas da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o conteúdo do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional como referências para o acompanhamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Sans – no Estado.</p> <p>Incluir no planejamento do Estado ações de Sans, de foma objetiva e transparente, de modo a</p>	<p>Discutir a delimitação de áreas livres de transgênicos e agrotóxicos para proteção de territórios de povos e comunidades tradicionais – PCT.”</p>

		explicitar em cada uma delas a atividade desenvolvida, o produto esperado e as metas a serem alcançadas em cada região, para permitir o acompanhamento efetivo das ações de Sans implementadas pelo Estado e a sua contribuição para a garantia de segurança alimentar e nutricional da população mineira.	
3.	Agro – Produção e Comercialização de Alimentos		
3.1	Produção Agroecológica	Criar as bases para a transição agroecológica no Estado, em consonância com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –, referenciada pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo – e pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo –, em parceria com universidades e institutos de educação.	Fomentar a transição agroecológica no Estado, em consonância com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –, referenciada pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo – e pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo –, em parceria com universidades e institutos de educação.
3.2	Combate ao Uso de agrotóxico	Incentivar a agricultura sustentável no Estado, com a utilização de métodos alternativos de produção, que reduzam o uso de agroquímicos.	Apoiar ações de capacitação de produtores rurais quanto ao uso de defensivos agrícolas e de bioinsumos. INCLUIR ORIENTAÇÕES DA ÁREA DA SAÚDE. CAPACITAÇÃO SOBRE APLICAÇÃO. Fomentar a agricultura regenerativa. Fomentar o desenvolvimento de moléculas de defensivos menos prejudiciais à saúde.
3.3	Agricultura familiar e comunitária	Promover a agricultura familiar por meio do reconhecimento do seu papel na produção de alimentos para o abastecimento interno.	

		<p>Fomentar o desenvolvimento de agroindústrias, sua regularização sanitária e outros mecanismos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, de modo a aumentar a renda dos produtores rurais familiares.</p> <p>Apoiar os municípios no seu papel de oferecer suporte à produção agrícola familiar, com a disponibilização de equipamentos necessários e em tempo hábil para assegurar o plantio e a colheita.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento de maquinário agrícola específico para a agricultura de baixa escala.</p>	<p>Apoiar o desenvolvimento de maquinários agrícolas específicos para a agricultura de baixa escala e facilitar o acesso a eles por pequenos produtores.</p>
3.4	Assistência Técnica	<p>Fortalecer os programas de assistência técnica convencional e especializada em agroecologia, pública e gratuita, para agricultores, de modo a ampliar a oferta de alimentos e agregar valor à produção rural.</p>	
3.5	Apoio à comercialização	<p>Promover a articulação entre municípios para incremento das vendas para o mercado institucional.</p> <p>Incentivar a habilitação sanitária para comercialização de produtos de origem animal (leite, carne, ovo, pescado e mel) e derivados.</p> <p>Discutir o fomento à comercialização da agricultura familiar, por meio de outras ações além das feiras.</p>	<p>Aperfeiçoar os mecanismos de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar e de pequenos produtores.</p> <p>INCLUIR INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES.</p>

4.	Regularização Fundiária		
4.1	Povos e Comunidades Tradicionais	<p>Contribuir para a agilidade dos processos de regularização fundiária das áreas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais, com a garantia de realização de estudos por equipes técnicas compostas, inclusive, por profissionais das ciências sociais, como o antropólogo.</p>	<p>Reconhecer a proteção das terras dos povos e comunidades tradicionais como estratégia de aumento da resiliência dessas populações na convivência com os efeitos da crise climática.</p> <p>Contribuir para que os processos de regularização fundiária dos PCTs sejam referenciados em estudos técnicos realizadas por equipes especializadas e multidisciplinares, compostas, inclusive, por profissionais das ciências sociais, como o antropólogo.</p> <p>Contribuir para a agilidade dos processos de regularização fundiária das áreas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais.</p> <p>ACRESCENTAR “COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS POPULAÇÕES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS”.</p> <p>Discutir a complementaridade entre o respeito à propriedade privada e o reconhecimento do direito à terra dos PCTs.</p> <p>AVALIAR A NECESSIDADE DA REFERIDA DIRETRIZ.</p>

5.	Vigilância em Saúde		
5.1	Controle da arboviroses, Covid e outras doenças	<p>Ampliar/fomentar medidas de prevenção e controle da proliferação do mosquito <i>Aedes aegypti</i>.</p> <p>Incentivar o desenvolvimento de vacinas contra dengue, de modo a possibilitar a ampliação da cobertura vacinal.</p> <p>Incentivar o desenvolvimento e a disseminação de métodos de controle biológico do mosquito <i>Aedes aegypti</i> como medida complementar às demais ações de controle das arboviroses, a exemplo do método Wolbachia.</p> <p>Fortalecer os mecanismos de monitoramento e vigilância epidemiológica para os casos de dengue em uma determinada região, para identificar surtos precocemente e tomar medidas de controle adequadas.</p> <p>Ampliar a fiscalização de imóveis que desenvolvam atividades que gerem acúmulo de material ou outra condição que favoreça a proliferação do mosquito da dengue.</p> <p>Desenvolver campanhas de mídia e atividades de mobilização social direcionadas a todos os públicos, com informações sobre dengue, chikungunya e zika e sobre a importância da adesão às vacinas e do envolvimento da comunidade nas ações de prevenção.</p>	

		<p>Acompanhar, no âmbito do Estado, a adoção das Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, da Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.</p> <p>Apoiar o estabelecimento de fluxos de identificação de situações de altas temperaturas e seu impacto nas condições de saúde, de modo a assegurar o atendimento oportuno às demandas nessa área.</p>	<p>Incentivar as Práticas Integrativas Complementares à Saúde – PICS.</p>
6.	Estrutura Urbana		
6.1	Habitação segura	<p>Articular a ampliação no Estado dos programas estaduais e federais de Habitação de Interesse Social, de modo a assegurar condições para a retirada definitiva de famílias que vivem em áreas de risco, proporcionando a elas moradia segura e digna.</p> <p>Incluir a melhoria das habitações rurais nos programas de financiamento da agricultura familiar.</p> <p>Fortalecer os programas de melhoria habitacional, ampliando seu escopo e suas metas físicas para atender às demandas locais, em escala adequada para suprir as necessidades do Estado.</p>	

7.			
7.1	Assistência Social	<p>Garantir renda básica para as pessoas em extrema pobreza que residem em regiões afetadas pela seca, de modo a assegurar condições mínimas de sobrevivência e de permanência da população nessas regiões.</p> <p>Ampliar o cofinanciamento estadual da política de assistência social, para proporcionar infraestrutura e capacidade técnica aos municípios para atender às demandas das comunidades rurais e dos povos e comunidades tradicionais referentes a essa política.</p>	
8			
8.1	Trabalho e Renda	<p>Fortalecer as ações de geração de trabalho para jovens e mulheres das zonas rurais em atividades não agrícolas.</p> <p>Ampliar as metas das ações de qualificação profissional no Estado, nas diferentes modalidades, de modo a atender as demandas locais por qualificação.</p> <p>Fomentar alternativas de geração de trabalho e de renda para as pessoas residentes em áreas afetadas pela seca, de modo a possibilitar a sua permanência nesses territórios com condições dignas de vida.</p> <p>Fortalecer a Economia Popular Solidária como alternativa para a inclusão produtiva e a geração de renda.</p>	

9.	Atenção às especificidades das comunidades tradicionais		Incentivar, no que diz respeito a povos e comunidades tradicionais, o respeito à língua ou modo de falar, aos modos de produção de alimentos e hábitos alimentares e apoiar a comercialização de artesanato.
10.	Atenção às necessidades e demandas específicas de mulheres e jovens		

Outras propostas que chegaram por e-mail, encaminhadas ao GT Institucional e incorporadas ao documento daquela área:

- Fomentar/apoiar os municípios na elaboração do Plano de Ação Climático participativo local, como ferramenta principal para enfrentamento dos problemas climáticos nos municípios.
- Promover instâncias de debate e discussão para mobilização e sensibilização social sobre eventos extremos climáticos e participação popular no desenvolvimento do Plano de Ação Climático.